

PARADIGMA FUNCIONALISTA: DESENVOLVIMENTO DE TEORIAS E INSTITUCIONALISMO NOS ANOS 1980 E 1990

Miguel P. Caldas

Professor associado da Loyola University New Orleans

E-mail: mpcaldas@loyno.edu

Roberto Fachin

Professor do Mestrado Profissional de Administração da PUC-Minas – Fundação Dom Cabral

E-mail: rcfachin@portoweb.com.br

INTRODUÇÃO

Como discutido na introdução ao primeiro número desta série (Caldas, 2005), em 1979 Burrell e Morgan mostravam que, dentre os quatro paradigmas sociológicos em seu modelo, o funcionalismo – no quadrante da objetividade e da sociologia da regulação – constituía até aquele momento a “ortodoxia” em estudos organizacionais.

Embora o funcionalismo ainda seja a ortodoxia do campo, o texto de Burrell e Morgan (1979) não visualizava a expansão do paradigma interpretacionista como ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, nem a inflexão crítica e pós-moderna que foram infundidas no campo a partir da influência européia, em especial na década de 1990. Mas, apesar de tudo, é indiscutível que – em boa parte devido à representatividade institucional do *mainstream* norte-americano – o funcionalismo continuou a expandir sua hegemonia até hoje no campo de estudos organizacionais.

De 1980 até o momento, o campo de estudos organizacionais cresceu exponencialmente, e como já foi mostrado em inúmeros estudos sobre o desenvolvimento da área (e.g. Machado-da-Silva *et al.*, 1990; Bertero e Keinert, 1994), abraçou especialmente a ortodoxia funcionalista como plataforma, apesar do crescimento relativo também de vertentes interpretacionistas, críticas e, mais recentemente, pós-modernistas.

No entanto, como também discutido em outros trabalhos sobre o campo (e.g. Bertero *et al.*, 1999), a adoção do paradigma funcionalista no Brasil teve até certo ponto qualidade questionável e critérios duvidosos. Com isso, muito do que foi incorporado nos anos 1980 e 1990, em

vez de buscar atualização nos últimos desenvolvimentos teóricos desse paradigma, abrigou-se na ortodoxia estruturalista-sistêmica que dominou o funcionalismo até a década de 1970, em especial no contingencialismo. Com isso, salvo raras exceções (como as abaixo citadas no caso do neo-institucionalismo no Brasil desde os anos 1990), predominou no campo um distanciamento, por um lado, entre os debates mais recentes do paradigma funcionalista que parece ter abraçado, e por outro, as replicações estruturalista-sistêmicas e contingencialistas que a maioria da nossa produção de cunho funcionalista parecia espelhar. O resultado é uma geração de pesquisadores de orientação funcionalista que acabou tendo menor acesso a esses novos debates e às novas teorias desse paradigma, e com ênfase maior nas revisitas infundáveis a lugares-comuns do contingencialismo sistêmico. Foi abraçada uma ortodoxia, no mais das vezes, sem manter com ela um mínimo vínculo de atualização. O resultado desse distanciamento é fácil de visualizar, seja na nossa pesquisa ou no ensino de teoria organizacional que oferecemos.

No âmbito da pesquisa, é possível notar essa lacuna por estudo de conteúdo ou por análise bibliométrica da nossa produção. Enquanto o funcionalismo efervescia nos anos 1980 e 1990 por acalorados debates intrafuncionalistas, a maior parte da nossa produção de mesma orientação desconhecia ou ignorava as teorias no centro desse debate, como o neo-institucionalismo, a ecologia populacional, as teorias da agência e de custos de transação, e o neo-contingencialismo. As honrosas exceções saíam dos principais programas de pós-graduação filiados à ANPAD, cujos pesquisadores tinham acesso às principais publicações estrangeiras, ou tinham se famili-

arizado com os novos desenvolvimentos do campo ao desenvolverem seus doutoramentos em instituições estrangeiras.

Obviamente, tendemos a não ensinar o que não conhecemos, e o resultado é que, nos cursos de graduação e pós-graduação em todo o Brasil, repetia-se o fenômeno: a teoria organizacional ensinada era tipicamente um funcionalismo desatualizado, comumente pré-contingencialista. Novos pesquisadores e docentes que emergiam desse tipo de educação repetiam o ciclo, passando adiante uma versão ainda limitada e desconectada do debate corrente da ortodoxia funcionalista. Por sua vez, livros-texto de “teoria de Administração” que surgiram na época – e ainda amplamente adotados no Brasil – praticamente ignoram qualquer desenvolvimento teórico posterior ao estruturalismo sistêmico ou, na melhor das hipóteses, ao contingencialismo do final da década de 1970.

Como prometido no primeiro número desta série, iremos neste e no próximo número da “RAE-Clássicos” procurar estreitar esta lacuna, veiculando textos dos principais debates nos quais o funcionalismo se engajou desde a década de 1980. Neste segundo número da série, nosso interesse é oferecer um texto que sirva de guia das direções que esses debates e novas teorias funcionalistas tomaram nos últimos 25 anos, e iniciar a viagem por uma das teorias que o funcionalismo engendrou no último quarto de século – o neo-institucionalismo.

DEBATES DO FUNCIONALISMO EM TEORIA ORGANIZACIONAL NOS ANOS 1980 E 1990

O primeiro artigo da “RAE-Clássicos” deste número, de Astley e Van de Ven, é hoje um texto clássico no ensino do funcionalismo em teoria organizacional, e pode ser um excelente guia para compreender os caminhos do desenvolvimento teórico desse paradigma hegemônico no campo depois da predominância contingencialista até o final da década de 1970.

Como mencionado anteriormente, o funcionalismo encontrava-se, em 1979, severamente entrenchado na ortodoxia estruturalista-sistêmica, mais especificamente no determinismo contingencialista, e no foco da relação organização-ambiente, ambos amplamente inspirados nos achados da chamada Escola de Aston (Westwood e Clegg, 2003, p. 5).

É preciso lembrar que, em 1983, Astley e Van de Ven limitavam a teoria organizacional ao estruturalismo sistêmico, por entenderem que este abrangia a totalidade do campo. O seu maior mérito é ter, naquele momen-

to, acertadamente fornecido ao funcionalismo organizacional, estreitamente definido, uma agenda de desenvolvimento teórico que iria centrar-se nesses debates fundamentais.

Astley e Van de Ven previam que entre as quatro perspectivas teóricas centrais que viam no campo emergiriam ao menos seis debates principais, que orientariam o desenvolvimento teórico da área. Não que esses autores tenham acertado em todos os debates principais; na verdade, deixaram de ver diversas forças latentes à época e deram atenção demais a alguns vetores teóricos que acabaram não tendo expressão. No entanto, a simples constatação de que o determinismo sistêmico não mais simbolizava um consenso no campo, e que o contingencialismo não mais expressava a única teoria possível, parece o bastante para dar ao leitor ainda não iniciado em tais debates um ponto de partida para explorar o funcionalismo, além do tradicional contingencialismo.

Ao menos quatro desses debates de fato emergiram fortemente no campo, geraram tradições teóricas concorrentes que expandiram a tradição funcionalista e povoaram suas publicações nos últimos 25 anos. O primeiro deles é de natureza intrinsecamente determinista, entre perspectivas de “adaptação” e de “seleção”; o segundo, entre perspectivas deterministas e voluntaristas; o terceiro é o debate entre ação individual e ação coletiva; e o quarto, entre modelos racionais e modelos normativo-institucionais, que eles chamam de “organizações” versus “instituições”.

É do debate entre as perspectivas deterministas de “adaptação” e de “seleção” que surgem as separações entre os contingencialistas (adaptação) e os teóricos da chamada ecologia populacional (seleção). Este embate permitiu uma expansão teórica do campo. Na essência, Astley e Van de Ven acertaram ao sugerir que a perspectiva da seleção expandiria o campo ao mostrar empiricamente como o determinismo contingencialista era simplista em superestimar a capacidade de as organizações perceberem, reagirem e responderem a ditames ambientais, e subestimava forças ambientais aleatórias e de longo prazo que tornariam a ação do administrador muito menos significativa para a sobrevivência organizacional do que faziam crer os contingencialistas. O argumento central dos ecologistas populacionais é que não são as “organizações” que se adaptam ou não a seus ambientes, mas (a) as “populações organizacionais” que têm ou não tal adaptação; e (b) nem organizações nem populações se adaptam: elas já estão adaptadas ou não a variações ambientais aleatórias quando estas ocorrem. Um outro mérito importante desse debate é a sugestão de que a

pesquisa sobre sobrevivência e adaptação organizacional deveria ser deslocada do âmbito organizacional de análise para o âmbito populacional, ou seja, a “população”, e não a “organização” individual, seria a unidade de análise adequada. Pouco no Brasil tem sido escrito sobre esse debate, à exceção do trabalho de Carvalho (2002). E menos ainda sobre as limitações da perspectiva contingencialista, mesmo usando a ecologia populacional como base. A despeito da idade avançada desse debate, o Brasil ainda poderia se beneficiar de agendas de pesquisa que, mesmo numa tradição determinista, procurassem investigar indústrias inteiras em cortes longitudinais de longo prazo, em vez de se concentrarem apenas em alguns representantes esparsos e em um corte transversal de tempo.

O segundo debate ocorreu de fato entre os representantes do “determinismo” – ou seja, aqueles que assumem que as organizações apenas sobrevivem quando obedecem a ditames exógenos, seja de eficiência ou ambientais –, representados em especial pelo contingencialismo até então imperante e por perspectivas em expansão, como a ecologia populacional e as teorias econômicas da organização (ambas a serem discutidas nesta série), e os representantes do “voluntarismo”, que questionavam a existência ou necessidade dessa dependência passiva da organização a ditames externos. Astley e Van de Ven citam, como exemplos de teorias voluntaristas, correntes como a da escolha estratégica (Child, 1972), que inserem, na ação organizacional, componentes de cognição do corpo dirigente e coalizões políticas que filtrariam e escolheriam quais ditames externos perceber e atender, e quais ignorar. Mais importante do que tentar estabelecer um grupo de teorias voluntaristas, o que o debate determinismo-voluntarista propiciou foi o fim da hegemonia da hipótese determinista, e em seu lugar o estabelecimento de um espectro que iria do alto determinismo ao alto voluntarismo, dentro do qual uma variedade de teorias poderia emergir. E isso, de fato, representa um rico debate que surgiu e expandiu o campo nos últimos 25 anos. Teorias como o neo-institucionalismo e a teoria da agência, que serão representadas nesta série, são exemplos de vertentes nascidas em parte da expansão desse espectro, ao permitir abordagens mais distantes do extremo determinista, para posições mais intermediárias. No Brasil poderia ser muito melhorado o entendimento, em termos de posicionamento e potencial teórico, dessa simples diferença na visão da ação organizacional com relação ao ambiente.

O terceiro debate, localizado na oposição entre a ação individual e a ação coletiva, é mais importante por sim-

bolizar o caminho seguido pela expansão do campo na direção da análise do ambiente organizacional como unidade de análise. Tanto no exterior como no Brasil, essa expansão é bem exemplificada pela mudança de foco da organização, em particular para redes organizacionais, dotadas de maior nível de análise e maior fluidez interacional. Em nosso país, essa extensão do campo foi sentida tanto nos estudos sobre redes organizacionais na área de teoria organizacional, como é o exemplo da linha de redes feitas a partir da UFBA, sob a liderança de Tânia Fischer, como em estratégia, a partir de vários centros de pesquisa e pós-graduação. Ainda há muito no Brasil para se compreender sobre a dinâmica interorganizacional nesse nível de análise, e o artigo de Astley e Van de Ven pode ser uma referência inicial para o pesquisador ainda não iniciado nesse novo veio de pesquisa.

Por fim, o quarto debate é aquele entre modelos racionais e modelos normativo-institucionais, ou entre “organizações” e “instituições”. De todos, talvez esse tenha sido o debate mais frutífero do funcionalismo nos últimos 25 anos em termos de desenvolvimento e expansão teórica. No seio do próprio funcionalismo, esse debate já vinha das discussões provocadas por March e Simon a partir do conceito de racionalidade limitada. Mas, mesmo além dessa origem, diversas outras confluências – entre elas o interesse crescente sobre cultura organizacional na práxis dos anos 1980 e os desenvolvimentos em teoria sociológica difíceis de ser ignorados entre os anos 1960 e 1980, como o interacionismo simbólico, o construtivismo social e a etnometodologia, provocaram debates internos no funcionalismo entre objetivistas-racionalistas e os que defendiam posturas teóricas e abordagens metodológicas mais próximas do que Burrell e Morgan (1979) chamaram de “interpretacionismo”. Na tradição funcionalista dominante até o início da década de 1980, dominada pelo imperativo objetivista-racional de teorias como contingencialismo e economia organizacional, os atores organizacionais seriam objetivos e racionais. Como tal, não apenas respondem a ditames técnicos e ambientais, mas o fazem como “instrumentos” de eficiência e racionalidade, em prol de objetivos organizacionais compartilhados e incontestes. Desde o início da década de 1970, novas perspectivas passaram a questionar essa natureza exclusivamente técnica e racional do ator organizacional, e a salientar elementos políticos, cognitivos, e mesmo culturais ou normativos do ambiente, que limitariam a ação organizacional racional e neutra, e favoreceriam outros elementos internos e externos da ação organizacional. Em todo o mundo, inclusive no Brasil, começou-se a ver novas explicações e abor-

dagens teóricas que passaram a atribuir significado, valor simbólico e/ou político à ação organizacional, o que tornaria mais viável explicar, por exemplo, por que organizações tecnicamente ineficazes teimariam em sobreviver – e, por outro lado, as eficazes desapareceriam. Ou, noutros termos, por que elementos normativos como legitimidade social ou aderência cultural importariam mais do que ditames técnicos do ambiente? A teoria neo-institucional é um excelente exemplo dessa inflexão subjetivista e menos racionalista que o funcionalismo testemunhou nos últimos 25 anos, como veremos na discussão do texto seguinte da “RAE-Clássicos” deste número.

CONTRIBUIÇÃO DO (NEO-)INSTITUCIONALISMO AO DESENVOLVIMENTO DE TEORIAS FUNCIONALISTAS

O segundo texto desta edição da série “RAE-Clássicos” é o famoso artigo de DiMaggio e Powell sobre o isomorfismo, que, junto com o texto de Meyer e Rowan, de 1977, é provavelmente o principal alicerce da chamada “teoria neo-institucional”, que se distingue do institucionalismo de Selznick e seus seguidores, que o neo-institucionalismo busca expandir.

Escolhemos esse texto e o neo-institucionalismo porque são exemplos ideais, no funcionalismo organizacional, daquilo que, no texto de Astley e Van de Ven discutido anteriormente, se referia a vertentes menos voluntaristas, e que superava a barreira do nível organizacional para mostrar a interdependência entre organizações e os campos interorganizacionais, que, conceitualmente, situam-se no nível de análise seguinte. Além disso, o neo-institucionalismo é um dos melhores exemplos de como o próprio funcionalismo viveu, na década de 1980 em diante, um processo de contínuo questionamento e superação do modelo voluntarista-racionalista, classicamente representado pelo contingencialismo e suas ramificações administrativistas. Como previam Burrell e Morgan (1979), o funcionalismo procurava, em elementos mais subjetivistas da teoria sociológica, caminhos para sua extensão territorial.

Desde o início, a teoria organizacional tem se preocupado em identificar a melhor forma de organizar, e, particularmente, a literatura sobre estratégia tem acentuado a competência distintiva (Selznick, 1971) que define o caráter de uma organização em relação às demais existentes no mercado. Mas, em termos da melhor forma de organizar, dentre os textos mais citados – e talvez menos lidos – está o do sociólogo alemão Max Weber, que cu-

nhou o termo “burocracia” como exemplo de uma estrutura de poder que, universalmente adotado, define a melhor forma de obter conformidade das pessoas na organização.

O texto de DiMaggio e Powell, que foi publicado na *American Sociological Review* e, agora, pela primeira vez é publicado em português, constitui em um bom exemplo da vertente sociológica nos estudos organizacionais. É com a *iron cage* ou “gaiola de ferro”, nomeada por Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que provoca o leitor, já no início, explicitamente afirmando que “a ordem racionalista se tornara uma gaiola de ferro na qual a humanidade foi [...] aprisionada” (Weber *apud* DiMaggio e Powell, 2005, p. 75. A burocratização passou a ter características de irreversibilidade, e, embora Weber afirmasse que a burocratização se originara de uma economia de mercado capitalista, a tese defendida pelos autores do texto em exame é que foram modificadas as causas da burocratização e da racionalização, não sendo mais a economia capitalista de mercado a causa por excelência, mas o “Estado” e as “profissões”, de onde surgem, posteriormente, os mecanismos isomórficos institucionais. Em tese, a grande proposição de DiMaggio e Powell é que a mudança estrutural acontece, hoje, não por razões de eficiência ou da necessidade de enfrentamento da concorrência, mas em razão de outros processos que tornam as organizações mais semelhantes sem necessariamente fazê-las mais eficientes. É nesse ponto que os autores acentuam a importância da percepção e entendimento da “estruturação de campos organizacionais” (Giddens, 1979) para a compreensão do processo de isomorfismo institucional. Destacamos que a preocupação com os “campos organizacionais” está fortemente presente na introdução do livro de Vieira e Carvalho (2003), talvez a primeira obra sobre a temática institucional no Brasil.

O segundo momento do artigo de DiMaggio e Powell introduz a questão principal de seus estudos, que é buscar explicar por que as organizações apresentam tanta “homogeneidade” em suas estruturas, diferentemente da busca da “variação” entre as diferentes organizações, como em Hannan e Freeman (1977) – de quem teremos um texto na “RAE-Clássicos” do próximo número –, que questionam por que há tantos tipos diferentes de organizações.

É nesse segundo momento que os autores lidam mais extensamente com o conceito de campo organizacional, e buscam explicar por que as inovações organizacionais, ou novas práticas, normalmente impulsionadas por desejos de melhoria de desempenho, podem ficar impregnadas de valor além das exigências técnicas da tarefa,

como Selznick (1971) já afirmara. E, portanto, como Meyer e Rowan (1977) concluíram, a adoção da inovação consegue legitimidade, mas não chega a melhorar o desempenho. A partir desse ponto, com exemplos de pesquisas pertinentes, o texto avança no tratamento do isomorfismo como o conceito que melhor capta o processo de homogeneização, descrevendo, em seguida, dois tipos de isomorfismo – o competitivo e o institucional – e três mecanismos de mudança institucional isomórfica – a coercitiva, a mimética e a normativa –, já sobejamente trabalhada nos textos brasileiros (veja o trabalho de Machado-da-Silva e Gonçalves, 1998).

No Brasil, a teoria neo-institucional teve grande acolhida no campo de estudos organizacionais. Uma origem fundamental dessa popularidade é o trabalho de Clóvis Luiz Machado-da-Silva, que desde o final da década de 1980 indicava os textos de Meyer e Rowan, bem como o presente artigo de DiMaggio e Powell, para gerações de orientandos que teve em Santa Catarina (UFSC), Paraná (UFPR) e, mais recentemente, na FGV-EAESP. Esses orientandos difundiram o conceito para muitos outros estados, em especial Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. O conceito de isomorfismo, em particular, foi também popularizado por pesquisadores não diretamente influenciados por Machado-da-Silva, vindos de instituições tão diversas quanto a FGV, FEA-USP, PUC-RJ, UFMG, UFRGS e Univali. A maioria dos trabalhos produzidos investigou a difusão de modismos ou modelos de gestão, a homogeneização organizacional ou estrutural, e a questão de campos institucionais.

Naturalmente, tanto com sua difusão no Brasil quanto com a passagem do tempo propriamente dita, vieram também os muitos críticos do modelo institucional. Segundo tais críticos, o neo-institucionalismo “deu o que tinha que dar”, e, portanto, desencorajam o prolongamento de sua adoção aos dias de hoje (e.g. Donaldson, 2001; Donaldson e Hilmer, 1996). Muitas dessas críticas procedem. Por exemplo, ao afirmarem que, embora o institucionalismo tenha tido seu papel ao estabelecer limites ao voluntarismo e ao racionalismo exacerbados de postulados contingenciais clássicos, ele pode ter se limitado demais aos aspectos normativos da realidade organizacional e interorganizacional. Com isso, acreditam que ele deixa tanto de indicar caminhos para a melhoria do desempenho – na tradição funcionalista – quanto para a superação de limitações cognitivas que impedem a autonomia constitutiva de organizações.

Por outro lado, é também verdade que o institucionalismo pode ser ainda um rico veio de pesquisa no Brasil, razão que nos levou à escolha deste texto para a série,

pelo menos por duas dimensões. A primeira, como plataforma para ampliar o conhecimento teórico do campo, inserindo-se no avanço científico internacional dessa linha teórica; a segunda, talvez mais realista no caso brasileiro, é o uso da teoria institucional como veículo para o entendimento de fenômenos sociais passíveis de institucionalização.

Quanto à primeira dimensão de contribuição potencial da teoria institucional no Brasil, é verdade que muito do que tem sido pesquisado no país usando essa teoria teria dificuldade de oferecer avanços no campo de conhecimento internacionalmente, pois tende a se limitar à replicação de postulados feitos em trabalhos estrangeiros há mais de uma década. Mas também é verdade que isso não se aplica a todos os estudos acerca do institucionalismo no Brasil. Os esforços de Machado-da-Silva e seus diversos colaboradores, especialmente Valéria Fonseca e Sandro Gonçalves, nos últimos anos, no sentido de tentar ligar institucionalismo e cognição, podem ser um rico veio de pesquisa, mesmo em âmbito internacional. Outro exemplo é a ligação entre institucionalismo e facetas mais ou menos evidentes de “poder”, particularmente pela associação com o neo-estruturalismo em sociologia, e a expansão e o resgate do trabalho de Bourdieu, como têm buscado os esforços de pesquisadores como Marcelo Milano Falcão Vieira (FGV-EBAPE), Cristina Carvalho (UFPE), Rosimeri Carvalho da Silva (UFSC) e Maria Ceci A. Misoczky (UFRGS), bem como seus colaboradores. Essas e outras tentativas nacionais de expandir a teoria institucional são possibilidades concretas de contribuir para o desenvolvimento teórico do institucionalismo.

No entanto, a realidade é que, em nosso país, a segunda possibilidade de uso da teoria institucional parece ser a mais promissora em termos de volume, ou seja, usar o institucionalismo mais para entender melhor outros objetos – eis que, aí, tanto modelos racionalistas quanto voluntaristas têm menor poder explicativo – do que para estender a teoria *per se*. Foi esse o maior uso que já se fez no Brasil do institucionalismo, inclusive do texto de DiMaggio e Powell. Por exemplo, o uso de isomorfismo mimético para entender a difusão dos mais variados elementos, desde modismos em gestão até teorias e modelos científicos entre campos organizacionais; ou a utilização do isomorfismo coercitivo para entender a institucionalização e aplicação de elementos tão diversos quanto programas de qualidade e burocratização em diversos campos organizacionais; ou, ainda, a aplicação do isomorfismo normativo para compreender a institucionalização de objetos diversos, desde códigos de ética e programas de mudança organizacional até a profissionaliza-

ção de empresas familiares e a “empresarialização” de organizações do terceiro setor. Múltiplas outras possibilidades surgem ao se tomarem outras dimensões do trabalho do institucionalismo, desde a discussão do processo de institucionalização como uma resultante, e não apenas determinante, na ação organizacional e interorganizacional ou, ainda, as respostas cognitivas e intra-organizacionais a pressões institucionais exteriores, até a expansão em múltiplos níveis de análise do conceito de campos institucionais. As possibilidades são inúmeras.

Nossa esperança é que, com a publicação desse importante trabalho neo-institucionalista na série “RAE-Clássicos”, maior número de pesquisadores brasileiros possam ter acesso a esse veio de pesquisa, e que novas possibilidades de aplicação possam surgir, além das abordagens racionalistas, voluntaristas e da análise limitada ao nível organizacional. E, por extensão, que esses novos pesquisadores possam levá-lo não apenas a replicações de pouca profundidade ou novidade, mas a novas fronteiras teóricas que expandam, no Brasil e no campo internacional criado em torno dessa tradição acadêmica, o entendimento da realidade organizacional que nos cerca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). *Revista de Administração de Empresas*, v. 34, n. 3, p. 81-90, 1994.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M.; WOOD JR., T. Produção científica em Administração de Empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.
- CARVALHO, L. F. N. Ecologia organizacional e estratégia empresarial: uma proposta para integração de frameworks. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. *Anais*. Salvador: ANPAD, 2002.
- CHILD, J. Organizational structure, environment, and performance: the role of strategic choice. *Sociology*, v. 6, p. 1-22, 1972.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
- DONALDSON, L. *The Contingency Theory of Organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- DONALDSON, L.; HILMER, F. *Management. Redeemed: Debunking the Fads that Undermine Our Corporations*. New York and Sydney: The Free Press, 1996.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. H. The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 5, p. 929-964, 1977.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; CUNHA, V.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 14., 1990, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: ANPAD, 1990.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org. edição original); CALDAS, M. P.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org. edição brasileira). *Handbook de Estudos Organizacionais*, v. 1. São Paulo: Atlas, 1998.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- SELZNICK, P. *A liderança na Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1971.
- VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. *Organizações, instituições e poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- WESTWOOD, R.; CLEGG, S. *Debating Organization: Point-Counterpoint in Organization Studies*. Malden, MA: Blackwell, 2003.